

12.05.2016 – 14h00

RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA

Entidade: Associação Nacional de Professores de Educação Visual e Tecnológica
António Moreira e Sara Pereira.

Recebidos por: Deputada Gabriela Canavilhas (PS, que presidiu à audiência) e Deputada Maria Augusta Santos (PS).

Assunto: Pela promoção da educação artística e tecnológica na Educação Básica que vise a formação integral de todos.

Exposição: A Deputada Gabriela Canavilhas (do PS, que presidiu à audiência) cumprimentou os elementos da delegação indicou-lhes a grelha de tempos da reunião e deu-lhes depois a palavra para a intervenção inicial.

Os membros da delegação agradeceram a audiência e fizeram depois uma exposição com base num documento escrito, que está disponível na [página da Comissão na internet](#). Em resumo, referiram o seguinte:

1. Em 2012 foi feita uma alteração curricular em relação à educação artística e tecnológica que não obteve o acordo de nenhuma organização do setor;
2. As respetivas metas curriculares representam um retrocesso, registam várias ausências e não estão articuladas com as competências;
3. Discordam da divisão entre disciplinas estruturantes e não estruturantes;
4. A disciplina de Educação Visual e Tecnológica (EVT) é importante para a inclusão e o combate ao insucesso escolar;
5. A extinção da Área de Projeto foi limitativa;
6. A disciplina está ligada à empregabilidade;
7. No 3.º ciclo não há Educação Tecnológica, só Educação Visual, educação artística;
8. Atualmente o currículo da educação visual e tecnológica está desequilibrado;
9. Indicaram as seguintes possibilidades para o curto prazo: anulação das contradições nos referentes programáticos e reposição da disciplina de EVT; anulação do vazio de várias aprendizagens; anulação do vazio curricular de áreas curriculares não disciplinares na dimensão de Projeto;
10. Nenhuma das medidas gera acréscimo de despesa ao Estado.

Interveio de seguida a Deputada Maria Augusta Santos (PS), referindo que se trata de matéria de importância para o sucesso escolar dos alunos e defendendo que a disciplina de EVT tem um trabalho motivador e uma dinâmica de que sentiu falta. Comungou das preocupações expressas pelos representantes da Associação e manifestou a necessidade de revalorizar a disciplina, eventualmente com alterações, que considerou importante também para o equilíbrio emocional dos alunos.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação e Ciência

Referiu depois que a disciplina de Área de Projeto no ensino secundário tinha sido adulterada, tendo-a considerado importante e equacionado a necessidade de a reavaliar e eventualmente repor. Transmitiu depois que o PS tinha a preocupação de revitalizar o ensino artístico e tecnológico e de alterar a estrutura curricular. Por último, realçou o papel da Associação como parceiro importante, tendo em vista uma alteração do projeto para o ensino tecnológico e artístico, nos ensinos básico e secundário.

A Deputada Gabriela Canavilhas (PS) realçou a referência feita pela Associação a alterações nas últimas décadas, e mais significativamente às da anterior Legislatura e perguntou qual a redução do número de professores que estas tinham implicado.

Os representantes da Associação referiram depois que as alterações introduzidas geraram uma redução de cerca de 3.000 professores, muitos com licenciatura e mestrado de ensino de EVT e que tiveram de passar para outras carreiras, disciplinas ou áreas de ensino, nomeadamente, do 1.º ciclo ou da educação especial. Defenderam que a alteração foi estritamente economicista e indicaram que mesmo depois de acabar a disciplina, os Politécnicos continuaram a formar professores da mesma.

Consideraram que as metas curriculares de EVT pretendiam essencialmente justificar a extinção da disciplina e referiram que o programa anterior se manteve. Salientaram que as metas e o programa estão desarticulados, os professores andam perdidos entre ambos e o material da disciplina de EVT está no armazém, sem utilização. Realçaram que as 2 disciplinas, de Educação Tecnológica e Educação Visual passaram a ser teóricas e com grande insucesso escolar. Por último, defenderam que o par pedagógico é uma preocupação real, mas não é o essencial.

A documentação entregue e a gravação da audiência estão disponíveis na [página da Comissão na internet](#).

Palácio de São Bento, 12 de maio de 2016

A assessora

Teresa Fernandes